

Rio Branco, Acre, 18 de setembro de 2019

O aquecimento global, desmatamento, grandes obras de infraestrutura, as queimadas e incêndios florestais, que tiveram aumento significativo em 2019, são temas que colocaram a Amazônia na pauta internacional nos últimos tempos.

A Amazônia compreende um conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, bem como a Floresta Amazônica, considerada a região de maior sociobiodiversidade do planeta.

Historicamente os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, Povos da Floresta, exercem um papel fundamental na defesa e proteção de milhões de hectares de florestas que contribuem para a regulação do clima e para a proteção dessa importante bacia hidrográfica. Porém, o ritmo acelerado do desmatamento, grandes áreas de florestas estão sendo degradadas constituindo-se uma ameaça aos modos de vida das populações.

A criação da Aliança dos Povos da Floresta, idealizada por Chico Mendes, unificou no Acre um movimento organizado por índios, seringueiros e castanheiros, na década de 1980, para reivindicar direitos e combater o desmatamento causado pela expansão agropecuária. O reconhecimento dos povos da floresta em relação ao uso e conservação dos recursos naturais foi uma das razões para o desenvolvimento de políticas diferenciadas no Acre, exatamente porquê a floresta representa uma oportunidade de ser utilizada como fonte de crescimento e renda para as populações locais.

Foi com essa mentalidade conservacionista que, nos anos 2000, o governo acreano desenvolveu o conceito de “florestania”, considerado um dos marcos para o desenvolvimento sustentável, pelo fato de promover a inclusão social dos povos da floresta, o crescimento econômico e a valorização da floresta em pé. Tudo isso aconteceu através de uma grande mobilização e de parcerias com a sociedade civil, que até então desenvolvia iniciativas bem sucedidas com índios, seringueiros e ribeirinhos.

Soma-se a essas experiências, o diálogo e cooperação dos povos indígenas entre as comunidades que habitam as Reservas Extrativistas. Essa articulação apoia-se em diversos acordos e iniciativas para a gestão de recursos naturais, modelos demonstrativos de produção sustentável, mapeamento de reais ou potenciais ameaças aos seus territórios e monitoramento e vigilância territorial. Experiências que precisam ser ampliadas e sustentadas, política e tecnicamente, pelos órgãos responsáveis na perspectiva de uma gestão territorial ambiental integrada.

Esses territórios conquistados com muita luta, custou a morte de importantes líderes, como Chico Mendes. Hoje, mais do que nunca outras lideranças encontram-se sob forte pressão e ameaças.

No Brasil, com o resultado das eleições, em 2018, o cenário de ameaças aos territórios indígenas e demais áreas protegidas têm crescido com as tendências políticas voltadas para o investimento econômico que desconsideram a conservação da Amazônia. O desmonte das políticas ambientais; a impunidade aos crimes ambientais e a falta de fiscalização motivaram o crescimento do desmatamento na região Amazônica nos últimos meses, e mais recentemente o fluxo enorme de queimadas deixaram em estado de alerta toda a região.

Não bastasse isso, o Congresso Nacional, em maioria composto por parlamentares ruralistas, estão atuando para alterar a Legislação Ambiental Brasileira, como a flexibilização do licenciamento ambiental e a ausência de consultas às comunidades indígenas e tradicionais, quando grandes projetos e obras impactam seus modos de vida.

Ainda mais, o retrocesso nas negociações com os governos da Alemanha e da Noruega, e governança do Fundo Amazônia, com desrespeito à a cooperação internacional com a paralisação do repasses atuais, estão causando grandes impactos nas instituições governamentais e da sociedade civil, nas ações de combate ao desmatamento e outras atividades ilícitas. Projetos em desenvolvimento que apoiam os povos indígenas e populações tradicionais estão sendo prejudicados.

No Brasil, historicamente a cooperação internacional tem sido muito importante para desenvolver ações para diminuir o desmatamento, para demarcar Terras Indígenas, e criar as Reservas Extrativistas. Graças a esse apoio é que foram garantidos alguns direitos dos Povos da Floresta. A manutenção do Fundo Amazônia é primordial para que estados e municípios, que executam aproximadamente 54% dos recursos do fundo. Para os governos as ações de fiscalização dependem fundamentalmente desses recursos.

Para combater este desmonte é necessário apoiar a articulação dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Os governos nacionais e subnacionais devem assumir que os povos indígenas e populações tradicionais exercem papel de lideranças na implementação de abordagens territoriais bem sucedidas para a conservação da biodiversidade e das baixas emissões.

O governo brasileiro não deve sair do Acordo de Paris. E os governos devem conforme o Acordo de Cancun, que constitui uma das principais decisões obtidas na Conferência das Partes em 2010 (COP 16), desenvolverem suas próprias Salvaguardas para REDD+, de modo a assegurar a participação dos povos indígenas e populações tradicionais. Importante que se respeite a Consulta Livre Prévia e Informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por parte dos órgãos públicos, empresas, organizações não-governamentais (brasileiras e internacionais), e demais entidades

que desenvolvem projetos e políticas envolvendo Terras Indígenas e Unidades de Conservação e seus entornos.

Por fim é importante reafirmar que os povos indígenas e populações e comunidades tradicionais não querem simplesmente uma fonte de financiamento. É preciso, a promoção, fortalecimento e garantia da presença de lideranças indígenas em locais de tomada de decisões e é urgente que os espaços de governança das políticas sejam respeitados.

Em tempo de mudanças climáticas e eventos extremos unir esforços para conservar as florestas e garantir os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais que habitam é um dever global.

Subscvem esta Carta,

Comité Chico Mendes

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC)

Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa

Associação Manxineru Manxinerune Ptoho Phunputuru Poktshi Hajene (MPPHA)

Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)

Organização dos Povos Indígenas do Juruá (OPIRJ)

Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)